

Quando o campo são os patrimônios: conhecimento e práticas científicas na esfera pública

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2018.145513>

Izabela Tamaso

🏠 Universidade Federal de Goiás | Goiânia, GO, Brasil

✉ belatamaso@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta algumas notas que visam refletir sobre os desafios enfrentados por antropólogos/as que pesquisam em campo patrimonial. A narrativa breve de dois casos específicos visa apontar obstáculos que se apresentam nesse fazer antropológico e iluminar o caminho para (1) a reflexão sobre o papel dos antropólogos e da antropologia face aos dilemas e desafios que se delineiam em determinadas agendas de ações do Estado no caso dos patrimônios e (2) sobre que tipo de conhecimento tem sido produzido e como tem impactado questões de interesse público.

PALAVRAS-CHAVE

Antropologia, patrimônios culturais, políticas públicas, antropólogos inventariantes, agências estatais

Foi a partir de meados da década de 80¹ que a antropologia brasileira, provocada pela atuação vigorosa e responsável de Antônio Augusto Arantes, passou a construir um conjunto de pesquisas e um corpo de conhecimentos que, lidos pelos olhos do presente, atestam a importância do saber e do fazer antropológico para o aprimoramento das políticas públicas relativas aos patrimônios culturais, mais democráticas, inclusivas e representativas da sociedade brasileira diversa e plural².

Nas últimas cinco décadas, a antropologia operou reflexivamente nas estruturas estatais e não governamentais provocando uma alteração tanto no conceito de patrimônio cultural, quanto nas formas de praticar a conservação, a preservação, a salvaguarda e a comunicação dos bens culturais tomados como representativos para a nação, os estados e os municípios.

Mas, paradoxalmente, se por um lado a antropologia provocou reflexivamente transformações no conjunto dos bens representativos da nação, por outro, ela se tornou parte desse processo, uma vez que os antropólogos passaram a atuar nas estruturas estatais e não governamentais como agentes das políticas públicas que eles mesmos pesquisaram, analisaram, interpretaram. Deslocaram a reflexividade para outro campo de forças. Assim, tanto os debates e grupos de trabalho que contribuíram para que a nova Constituição Federal contemplasse uma visão mais plural de patrimônio cultural, quanto a subsequente criação e implementação da política dos bens de natureza imaterial, tiveram a presença de antropólogos, com destaque para Antônio Augusto Arantes, que assumiu funções de grande responsabilidade em diversas agências estatais, em plano municipal, estadual e federal.

Se os antropólogos contribuíram tanto para impulsionar as transformações quanto para, em maior ou menor grau, implementá-las, continuaram, por outro lado, pesquisando, investigando, analisando as políticas de patrimônios e a recepção destas, nas mais variadas localidades do país, em universidades e programas de pós-graduação. Continuaram, pois, a dar continuidade ao processo de reflexividade iniciado na década de 80.

Este quadro é tão complexo quanto desafiador, pois ao mesmo tempo em que pode nos permitir um lugar privilegiado de observação e de entendimento, pode igualmente impor uma posição de menor espaço para a crítica reflexiva. Penso que isso pode acontecer especialmente com os colegas que têm atuado em agências estatais de preservação dos patrimônios.

Neste artigo, apresento algumas notas relativas ao instigante tema do Fórum “Quem tem medo dos antropólogo(a)s? Dilemas e desafios para a produção e práticas científicas em novos cenários políticos”. Divido minha abordagem em três partes: na primeira, apresento duas experiências vividas durante o meu trabalho de campo, quando do meu doutoramento; na segunda, reflito sobre a relação pesquisador/agente dos patrimônios culturais; e, na terceira, levanto

1 Antes disso, a antropologia passava ao largo deste tema e do objeto de pesquisa “patrimônios culturais”.

2 Não se desconsidera a importância de outras áreas disciplinares como a História, a Arquitetura, o Urbanismo, as Belas Artes e a Geografia, todas deveras importantes para o corpo de conhecimentos relativos aos patrimônios, cuja essência é interdisciplinar e requer o olhar cruzado pelas diversas áreas. Faço aqui apenas o destaque da precedência da antropologia para os estudos dos patrimônios no Brasil, no que tange aos seus aspectos sociais, culturais e políticos.

alguns desafios, postos pelo campo, para o fazer antropológico comprometido com as culturas populares e tradicionais, as minorias sociais e as populações vulneráveis.

TENDO “MEDO” DE ANTROPÓLOGA?

As duas situações que apresentarei aconteceram quando da realização das minhas investigações, na cidade de Goiás, para o doutoramento (feito na UnB). A característica dos dois casos é indicativa das diferenças conceituais e práticas que norteiam a relação entre antropólogos e gestores públicos dos bens culturais e patrimoniais.

Após breve apresentação dos dois casos, e iluminada por eles, passarei à exposição mais geral da relação entre conhecimento e práticas científicas relativos ao campo dos patrimônios e seus impactos nos interesses públicos.

Caso 1

Fui convidada para ministrar um módulo sobre patrimônios em um curso de mestrado profissional de uma universidade privada de Goiânia (GO). O módulo teve 8 horas/aula. À época eu já havia realizado o trabalho de campo na cidade de Goiás e aproveitei para usar vários exemplos da cidade, já outorgada pela UNESCO como patrimônio mundial, a fim de apresentar, como propõe Herzfeld, “o debate cultural na prática social” (1991), ou seja, o debate diário, e não raro tenso, entre agentes do patrimônio e moradores de cidades com áreas tombadas, reconhecidas e/ou acauteladas pelo poder público, seja em instância local, regional ou nacional.

Um dos exemplos que usei, dentre muitos (afinal, foram oito horas de curso), foi o caso de uma senhora cuja casa colonial, localizada em rua tombada, tinha sido descaracterizada na década de 70, no momento em que os alpendres foram a moda da arquitetura brasileira. Já estando no ano de 2002, e sendo “patrimônio nacional” desde 1978 e “mundial” desde 2001, a agência estatal de patrimônio tentava persuadir os proprietários a retornarem as suas casas ao estilo colonial. O que (1) para muitos arquitetos, geógrafos e estudiosos das cidades (De Certeau, 1994 Harvey, 2001; Jeudy, 2005) é denominado de pastiche, é *fake*, é criar cenários onde existem singularidades, (2) para a agência estatal e para os interesses que visam o fluxo de pessoas e capital é preparar a cidade para a concorrência inter-cidades (Fortuna, 1997; Leite, 2007). No entanto, não raras vezes, tais interesses esbarram nos propósitos das pessoas do lugar e nos sentidos, sentimentos primordiais (Geertz, 1973), construídos pelos moradores para os seus lugares.

Assim, a despeito da insistência dos especialistas, técnicos especializados e por isso autorizados a impulsionar estratégias estabelecidas pelas políticas públicas relativas aos patrimônios, os moradores costumam ter boas justificativas para não cederem. A senhora da casa do alpendre respondeu aos especialistas, dizendo que seu pai sonhou por muito tempo com alpendre e quando realizou a reforma ficou “dos mais felizes” (expressão goiana) e que enquanto ele fosse vivo e até quando os filhos achassem oportuno, mesmo depois da morte do pai, o alpendre permaneceria em respeito à sua memória.

Foi no meu presente etnográfico que ouvira essa história e foi logo em seguida que eu a carreguei comigo, para relatá-la no curso de mestrado profissionalizante, para que pudéssemos refletir sobre a relação entre políticas públicas consonantes às demandas nacionais e mundiais e os desejos, sentidos e afetos locais. Tempo monumental para uns; tempo social para outros (Herzfeld, 1991). Percepções, experiências e representações diferenciadas dos lugares.

Após uma semana do curso tendo sido encerrado, os coordenadores do mestrado me procuraram relatando que a procuradoria jurídica da instituição de acautelamento do bem cultural, a agência estatal de patrimônio, havia pedido a gravação da minha aula, para que pudessem me acionar juridicamente por ter citado a instituição, segundo eles, indevidamente. Composto por alguns antropólogos de renome nacional, alguns livres das tensões políticas locais e regionais, posto que eram de Brasília, o colegiado do programa de pós-graduação deliberou por não entregar a gravação, com base no direito de cátedra. Além do mais, professores presentes na aula haviam testemunhado que não havia ocorrido nenhuma afirmação caluniosa ou desrespeitosa à instituição de proteção aos patrimônios. Era apenas um caso que exemplificava os sentidos atribuídos por especialistas em comparação aos sentidos atribuídos pelos moradores. Nesta pequena contenda, meus colegas sênior, construíram uma barreira com a qual, ao me blindarem, performatizaram, no sentido de Austin (1990), a autonomia da pesquisa e da ciência em relação às estruturas de poder do Estado, o direito às investigações responsáveis e éticas no campo dos patrimônios, marcando, portanto, uma posição política importante da antropologia frente às pressões daquela agência estatal.

Caso 2

Ao deixar a cidade de Goiás, após um ano e meio realizando pesquisa de campo, período no qual havia residido naquela cidade, dediquei-me à pesquisa nos documentos que ainda me faltavam para a escrita da tese. Tendo solicitado formalmente alguns documentos, por inúmeras vezes, à instituição de salvaguarda dos patrimônios da cidade de Goiás, tanto à superintendência local (Goiânia) quanto

ao escritório técnico (Goiás) e tendo sido negado o meu pedido, com a justificativa de higienização do acervo ou por estarem os processos em consultas por parte dos especialistas da casa, e estando demasiado necessitada de pesquisar o processo de tombamento da cidade, bastante volumoso por sinal, eu resolvi fazer contato com um arquiteto, da mesma agência estatal de patrimônios, que havia entrevistado poucos meses antes. Ele, residente e lotado em Brasília e novamente distante das tensões políticas locais/regionais, me autorizou a ir até a sede na capital federal e pesquisar o processo, que segundo ele, “para minha sorte”, estava sobre sua mesa para consulta. Ele disse, “venha logo enquanto está comigo, pois depois eu não sei se você conseguirá”.

Ao chegar, ele me orientou: “você vai pesquisar o processo sentada naquela mesa (uma mesa redonda de reuniões em sua própria sala), vai evitar circular pelos corredores e não vai dizer para ninguém que está pesquisando este processo”. Conclusão: passei três dias tomando pouca água para evitar ir ao banheiro. Mas em uma das vezes que não pude evitar, quando caminhava pelo corredor, vi a delegação toda de Goiás entrando pela porta próxima aos elevadores – governador, deputados, prefeito, vereadores a diretora e superintendente da instituição de salvaguarda, a mesma que queria a cópia da fita para me processar. Consegui entrar no pequeno hall no corredor, um recuo (tipo recuo de bateria de escola de samba), sem me deixar ver e naquele dia não saí mais da sala do arquiteto.

* * *

Os dois casos revelam os obstáculos postos, por especialistas e/ou burocratas das agências estatais, para as pesquisas sobre os patrimônios culturais. Sejam eles tangíveis ou intangíveis, móveis ou imóveis, isolados ou em conjuntos. Não importa a tipologia dos bens. O fato é que qualquer narrativa que destaque os sentidos atribuídos pelos portadores/moradores aos seus patrimônios, na maior parte das vezes, diferente ou parcialmente diferente das narrativas construídas pelo discurso autorizado do patrimônio (Smith, 2006), tende a ser obnubilada, desestimulada ou deslegitimada.

Interessante também destacar que quanto mais os/as antropólogos/as se aproximam dos grupos portadores dos patrimônios, mais refratários tendem a ficar os especialistas e/ou burocratas cujo perfil é mais conservador, visto que a relação de cumplicidade, respeito e compromisso com as pessoas do lugar passa a ser observada com preocupação, posto que quanto maior a sintonia, entre eles, maiores as chances de as narrativas dissonantes ganharem corpo e destaque nos textos, artigos, dissertações e teses que se seguirão.

Uma das maiores reclamações de moradores de áreas tombadas é o fato de

que, embora exista legislação que regule área tombada e área de entorno (ou zona tampão), em geral, os critérios que regulam as intervenções nestas duas áreas não são quase nunca claros. São inúmeras as pesquisas, por todo o Brasil, que revelam os dissabores dos moradores quanto a este tema. Embora os especialistas das agências de salvaguarda aleguem seguir um padrão estabelecido pelas poligonais de tombamentos e das áreas envoltórias, na prática, os moradores dizem viver outra realidade. Acompanhando o “debate cultural na prática social”, o antropólogo pode interpretar as situações, atribuindo o mesmo valor às narrativas oficiais e não oficiais, ao discurso autorizado e aos sentidos dos moradores capturados por meio da experiência etnográfica, que quanto mais intensa, densa e detalhada, tanto mais potente para falar dos sentidos plurais e por vezes antagônicos atribuídos por especialistas e portadores/moradores. Assim, pode tornar-se o antropólogo em pouco tempo uma pessoa para a qual os arquivos se fecharão e as entrevistas e conversas mais formais não acontecerão.

Mas se em casos de patrimônios materiais o que faziam os antropólogos era desvelar outros sentidos para além daqueles postos no discurso autorizado dos arquitetos, urbanistas, historiadores e arqueólogos, no caso dos patrimônios imateriais a situação se inverte, e o lugar do discurso autorizado passa a ser o do antropólogo, que participa ativamente nos mapeamentos, inventários e planos de salvaguardas. Assim, o diálogo passa a ser entre antropólogos das agências estatais e não governamentais de patrimônios e antropólogos situados nas universidades, desfrutando da liberdade de cátedra, da relativa mas importante autonomia (1) de escolha de seus objetos de pesquisa, (2) de tempo de execução e de (3) modos e locais de divulgação dos resultados.

O encontro destes antropólogos se dá em campo, em congressos, mas também em projetos comuns, como inventários e planos de salvaguarda, cujo financiador é a instituição de salvaguarda e a realização da pesquisa tem sido com certa frequência feita por universidades, após concorrência nos editais. Esta é uma experiência bastante interessante, posto que ela ilumina os pontos onde o fazer antropológico pode convergir e divergir sobre os sentidos, os significados e as políticas dos patrimônios. Alguns congressos e reuniões onde este encontro se efetivou em uma arena pública e ritual, e visando propiciar o diálogo entre antropólogos que trabalham com patrimônios em agências e organizações não-governamentais de patrimônios e/ou cultura e antropólogos das universidades, é possível perceber as convergências e divergências com alguma clareza. Exceção feita ao grupo dos especialistas que se dedicam à produção de conhecimento, às publicações e ao setor de educação e cursos de pós-graduação em agências estatais. Estes têm demonstrado grande abertura para o debate mais criterioso, por vezes difícil, mas muito profícuo entre os antropólogos que pesquisam patrimônios.

Introduzidos os dois casos, inicia-se agora a segunda parte: (1) a reflexão sobre o papel dos antropólogos e da antropologia face aos dilemas e desafios que se delineiam em determinadas agendas de ações do Estado no caso dos patrimônios e (2) sobre que tipo de conhecimento tem sido produzido e como tem impactado questões de interesse público.

Em primeiro lugar, há que se destacar o alto grau de reflexividade provocada pelas várias possibilidades do fazer antropológico, na maior parte das vezes de forma simultânea ou cruzada, atravessada. Ou seja, antropólogos (1) realizando pesquisas em plano formal educacional, (2) realizando pesquisas em agências de Estado, (3) atuando como antropólogos inventariantes ou salvaguardantes, (4) atuando como membros dos conselhos consultivos de patrimônios (Roque de Barros Laraia, Gilberto Velho, Luis Fernando Dias Duarte, Silvana Rubino, Heitor Frugoli, José Guilherme Magnani, dentre outros, sem contar os conselhos de cultura dos municípios), e (5) atuando como docentes em disciplinas sobre patrimônios e temas afins. Essa reflexividade interna tem fomentado dialogicamente tanto as universidades quanto as agências de patrimônios e esse é, ao meu ver, o maior ganho que nós temos tido.

Neste caso, uma observação deve ser feita: me parece que precisamos, no âmbito daqueles programas de pós com linhas de pesquisa em patrimônios, refletir sobre quem tem pautado nossas pesquisas. Tendo a pensar que as pesquisas têm seguido a agenda do Estado. Dito de outro modo, estamos correndo atrás das políticas públicas e de seus efeitos. Isso não é si um problema. Mas talvez fosse o momento de começarmos a pautar com mais criatividade as nossas pesquisas e quiçá provocar a própria agenda do Estado, como já fizemos outrora.

O segundo ponto diz respeito à forma e intensidade como o saber antropológico vem sendo apropriado e vem pautando as demandas dos grupos portadores dos bens culturais na disputa pelo reconhecimento patrimonial. Assim, quanto mais produzimos conhecimento sobre os bens culturais e patrimoniais, mais nossas antropologias são acionadas na direção da garantia dos direitos culturais e da cidadania por parte dos mais diversos grupos: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, etc. Já é hora de fazermos um balanço dos trabalhos e conhecimentos, que se avolumaram sobretudo na última década, bem como avaliarmos os seus impactos junto aos portadores desses bens.

Em terceiro lugar, precisamos colocar em nossas agendas de pesquisa o levantamento e análise das dificuldades, obstáculos, censuras imposta aos antropólogos pesquisadores, antropólogos consultores, antropólogos inventariantes ou salvaguardantes, para que possamos pautar possibilidades de dirimir as dificuldades impostas para o campo. E isso deve ser feito, penso eu, com a participação direta do Comitê de Patrimônios e Museus da ABA.

Em quarto e último ponto, deixo uma questão que penso ser importante na

antropologia dos patrimônios: como balizar nossas práticas com responsabilidade social, visando os interesses públicos, exercendo a ética profissional, se quando participamos de qualquer ação de reconhecimento de um bem cultural estamos contribuindo para o processo que torna significativo um bem cultural dentre todos os outros?

Nesse sentido, vale destacar que os patrimônios são os símbolos da cultura, ou seja, são símbolos das formas simbólicas selecionadas. São, assim, uma produção metacultural (Kirshenblatt-Gimblett, 2004), seja quando são apropriados pelas políticas públicas e encarcerados no discurso autorizado sobre os patrimônios (Smith, 2006), seja quando são oficiosos (ou ainda não oficiais) e apenas vividos como patrimônios pelos seus criadores e portadores. Assim, tanto o discurso quanto a experiência dos patrimônios (tanto a representação quanto a apropriação) são produções metaculturais que estão fortemente ancoradas na temporalidade e tensionadas pelo paradoxo posto pela onda patrimonial das agências em escala nacional e internacional.

E, como corolário disso, finalizo com a seguinte pergunta: em contexto de descolonialidade, em que observamos inúmeros grupos afro-descendentes e indígenas desejarem também ser um meta-símbolo do Estado-Nação, e como tal reconhecidos na sua diferença e na sua singularidade, como poderemos contribuir responsabilmente para a seleção, que ao incluir, exclui e que ao não incluir não apenas não reconhece, mas também não permite o acesso a determinados recursos simbólicos, políticos e econômicos provenientes do reconhecimento?

São muitos desafios para enfrentarmos em nossas investigações. Devemos fazê-lo menos individualmente, ou seja, cada pesquisador em seus próprios projetos, e mais em equipe, de forma que possamos, ao longo de algum tempo, ter construído um corpo de dados e análises capaz de contribuir tanto para o processo de aprimoramento das políticas e práticas voltadas para os bens patrimoniais de natureza material e imaterial, quanto, e sobretudo, para o fortalecimento dos grupos portadores dos bens culturais, especialmente aqueles configurados pelas populações vulneráveis.

Izabela Tamaso é graduada em Comunicação Social pela ECA – USP, mestre e doutora em Antropologia Social pela UnB. Professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) e ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Performances Culturais (PIPGPC), ambos na UFG. Membro do Comitê de Patrimônios e Museus da ABA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina

- 2005 “Quando o campo é o patrimônio’: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio”. *Revista Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2: 37-52.

ARANTES, Antonio Augusto

- 1984 *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo, Editora Brasiliense/Condephaat.
- 2001 “Patrimônio imaterial e referências culturais”. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 1, n.147: 129-139.

AUSTIN, John Langshaw

- 1990 *Quando dizer é fazer*. Trad. De Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre, Artes Médicas.

DE CERTEAU, Michel

- 1994 *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, RJ, Vozes.

FORTUNA, Carlos

- 1997 “Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora”. In FORTUNA, Carlos (org.). *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras, Celta Editora.

GEERTZ, Clifford

- 1973 *The Interpretation of Cultures*. Nova York, Basic Books.

HARVEY, David

- 2001 “Heritage Pasts and Heritage Presentes: Temporality, Meaning and the Scope of Heritage Studies”. *International Journal of Heritage Studies*, 7(4): 319-338.

HERZFELD, Michael

- 1991 *A Place in History: Social and Monumental Time in a Cretan Town*. Princeton/New Jersey, Princeton University Press.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara

- 2004 “Intangible Heritage as Metacultural Production”.
Museum International, vol. 56, n. 1-2: 56-65.

JEUDY, Henry-Pierre

- 1990 *Memórias do social*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
2005 *Espelho das cidades*. Tradução de Rejane Janowitz.
Rio de Janeiro, Casa da Palavra.

LEITE, Rogério Proença

- 2007 *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas, SP, Editora da Unicamp; Aracaju, SE, UFS.

SAMUEL, Raphael

- 1994 *Theatres of Memory: Past and Present in Contemporary Culture*. Londres e Nova York, Verso.

SMITH, Laurajane

- 2006 *Uses of Heritage*. Londres e Nova York, Routledge Taylor & Francis Group.

TAMASO, Izabela

- 2005 “A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios”. In *Revista Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2: 13-36.
2015 “Os patrimônios como sistemas patrimoniais e culturais: notas etnográficas sobre o caso da cidade de Goiás”.
Revista Antropológicas, ano 19, 26 (2): 156-185.

When the Field are the Patrimonies: Knowledge and Scientific Practices in the Public Sphere

ABSTRACT

This article presents some notes that aim to consider the challenges faced by anthropologists that do research in heritage. The brief narrative of two specific cases aims to point out obstacles in this anthropological line of work and to shed light on (1) the path to the reflection on the role of anthropologists and anthropology in the face of dilemmas and challenges, which are present in certain state agendas regarding heritage, and on (2) what kind of knowledge has been produced and how it has impacted issues of public interest.

KEYWORDS

Anthropology,
Cultural Heritages,
Public Policies,
Inventory
Anthropologists,
State Agencies

Recebido em 18 de fevereiro de 2018. Aceito em 10 de março de 2018.